

LÍNGUA PORTUGUESA

O ENEM E A ÁFRICA

01 Não há livro didático, prova de vestibular ou resposta correta do Enem que não atribua a miséria e os conflitos
 02 internos da África a um fator principal: a partilha do continente pelos impérios europeus. A Conferência de Berlim, entre
 03 1884 e 1885, teria criado fronteiras artificiais “sem respeitar a antiga organização tribal e a distribuição geográfica das etnias
 04 no continente”, como diz um exame de vestibular. Essas fronteiras acabariam acotovelando no mesmo território diversas
 05 nações e grupos étnicos, fazendo o caos imperar na África. Quem não concordar com isso não passa no vestibular. No Enem
 06 de 2005, uma das respostas corretas para uma pergunta sobre as principais causas dos problemas do continente era: “as
 07 fronteiras artificiais, criadas no contexto do colonialismo, após os processos de independência, fizeram da África um
 08 continente marcado por guerras civis, golpes de estado e conflitos étnicos e religiosos”.

09 Esse raciocínio é o cerne da teoria externalista, que atribui todos os problemas da África a causas externas. Além de
 10 empastelar fronteiras, os países europeus teriam sabotado o continente ao saquear suas riquezas, como marfim, diamante
 11 e ouro. Um dos primeiros livros a criar essa culpa coletiva foi *Imperialismo: um Estudo*, escrito pelo inglês J. A. Hobson em
 12 1902. Com um pé no antissemitismo, o autor retrata o imperialismo europeu como uma grande conspiração de banqueiros
 13 judeus como os Rothschild, além de investidores e fabricantes de armas a quem interessava manter os africanos na miséria.
 14 Ainda hoje essa tese é repetida, sem o toque antisemita. O diplomata Kofi Annan, ex-secretário geral da ONU, disse
 15 durante um discurso que “os recursos minerais da África, em vez de serem explorados em benefício do povo, têm sido tão
 16 mal-administrados e saqueados que agora são a fonte de nossa miséria”.

17 [...] É incrível que uma teoria tão frágil e generalista tenha durado tanto – provavelmente isso acontece porque ela
 18 serve para alimentar a condescendência de quem toma os africanos como “bons selvagens” e tenta isentá-los de qualquer
 19 responsabilidade por seus problemas. Na África, o costume de atribuir a miséria e as guerras aos europeus já está obsoleto –
 20 e isso há algumas décadas. “No começo dos anos 80, os africanos estavam fartos da ladainha do colonialismo/imperialismo
 21 e da recusa de seus líderes a assumir a culpa por seu próprio fracasso”, escreveu o economista George Ayittey, de Gana.

NARLOCH, Leandro. **Guia politicamente incorreto da história do mundo**. São Paulo: Leya, 2013, p. 277, 278 e 280.

01. No tocante aos mecanismos de coesão textual, considerando-se este excerto “fizeram da África um continente marcado por guerras civis” (l. 07 e 08), é correto afirmar que:

- (A) o substantivo “África” é o hipônimo do substantivo “continente”.
 (B) o termo “África” é exemplo de hiperonímia do termo “continente”.
 (C) o vocábulo “África” representa um merônimo do vocábulo “continente”.
 (D) os referentes “África” e “continente” estabelecem entre si a relação de holonímia.

02. Com base nas regras atinentes à ortografia oficial, ao se transformar os dois adjetivos deste grupo nominal “conflitos étnicos e religiosos” (l. 08) em um adjetivo composto, obtém-se qual reescritura?

- (A) *Conflitos etno-religiosos*.
 (B) *Conflitos etnorreligiosos*.
 (C) *Conflitos étnico-religiosos*.
 (D) *Conflitos étnicorreligiosos*.

03. Em “a fonte de nossa miséria” (l. 16), um trecho da citação de Kofi Annan, compatriota de George Ayittey, o pronome possessivo é um elemento anafórico. Em tal condição, esse termo retoma:

- (A) o economista e o continente.
 (B) o economista e os africanos.
 (C) o diplomata e o economista.
 (D) o diplomata e os africanos.

04. O texto em análise – *O ENEM E A ÁFRICA* – enquadra-se na tipologia de base dissertativo-argumentativa. Assinale a alternativa que **NÃO** constitui uma característica dessa tipologia textual.

- (A) São observadas a análise de um assunto e a defesa do ponto de vista do autor a respeito desse assunto.
 (B) Têm-se o discurso direto como estrutura básica de construção do texto e o desenvolvimento das ações.
 (C) A linguagem apresenta-se de forma clara, objetiva, com base no padrão culto-formal da língua.
 (D) As formas verbais são predominantemente flexionadas no presente do indicativo.

05. De acordo com o conteúdo do texto em estudo, *O ENEM E A ÁFRICA*, qual asserção corresponde ao teor do aludido texto?

- (A) Os problemas enfrentados na África, há muito tempo, segundo os europeus, devem-se aos próprios africanos.
 (B) Os limites territoriais definidos pela Conferência de Berlim contribuíram para a instabilidade dos povos africanos.
 (C) As monarquias europeias, segundo os dados históricos mais recorrentes, pouco influenciaram o destino da África.
 (D) As intempéries do continente africano eram devido às questões sociopolítico-econômicas dos governos africanos.

06. O autor empregou os verbos criar [“**teria criado**” (l. 03)] e sabotar [“**teriam sabotado**” (l. 10)] no futuro do pretérito composto do indicativo, com o intuito de:

- (A) expor ao leitor que as ações expressas por tais verbos ainda persistem no momento em que se narram tais fatos.
 (B) manifestar a sua convicção acerca da inexistência de veracidade com relação a eventos da história geral.
 (C) expressar o seu propósito comunicativo de não se comprometer com o conteúdo dessa informação.
 (D) deixar explícita a sua intenção de invalidar um fato histórico que considera equivocado.

07. Em qual opção os dois termos exercem a mesma função morfossintática?

- (A) “livro didático” (l. 01) – “fronteiras artificiais” (l. 03).
- (B) “os africanos” (l. 13) – “os africanos” (l. 20).
- (C) “fronteiras” (l. 10) – “raciocínio” (l. 09).
- (D) “incrível” (l. 17) – “generalista” (l. 17).

08. O emprego da vírgula na linha 09 deve-se ao fato de:

- (A) existir um período composto após a oração principal.
- (B) tratar-se de uma oração subordinada adjetiva restritiva.
- (C) ser obrigatória a virgulação por ser uma oração desenvolvida.
- (D) haver, depois dela, uma oração subordinada adjetiva explicativa.

09. Assinale a alternativa em que a flexão de número é fator impeditivo para o emprego do sinal indicativo de crase.

- (A) “que não atribua a miséria e os conflitos internos da África a um fator principal” (l. 01 e 02).
- (B) “que atribui todos os problemas da África a causas externas” (l. 09).
- (C) “a quem interessava manter os africanos na miséria” (l. 13).
- (D) “Um dos primeiros livros a criar essa culpa coletiva” (l. 11).

10. A partir do processo de verbalização, o termo “a partilha do continente pelos impérios europeus” (l. 02) pode ser transformado em um período simples. Qual período constitui tal transformação, reescritura, mantendo-se o mesmo significado do sintagma nominal?

- (A) *Os impérios europeus dividiram o continente.*
- (B) *Os impérios europeus repartiram o continente.*
- (C) *Os impérios europeus partilharam o continente.*
- (D) *Os impérios europeus fizeram a partilha do continente.*

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

11. No tocante ao quesito classificação das Constituições; quanto à origem, a doutrina classifica as Constituições em promulgadas e outorgadas. As promulgadas derivam dos trabalhos de uma Assembleia Nacional Constituinte composta de representantes do povo, eleitos com a finalidade de sua elaboração; ao passo que as outorgadas são elaboradas e estabelecidas sem a participação popular, por intermédio da imposição do poder da época.

Assinale a opção CORRETA no que concerne às Constituições brasileiras classificadas como promulgadas.

- (A) 1.824, 1.946, 1.967 e EC nº 01/69.
- (B) 1.824, 1.934, EC nº 01/69 e 1.988.
- (C) 1.891, 1.934, 1.946 e 1.988.
- (D) 1.891, 1.937, 1.967 e 1.988.

12. No concernente às competências constitucionais dos Municípios, assinale o item CORRETO.

- (A) São reservadas aos Municípios as competências que não lhes sejam vedadas pela Constituição Federal de 1988.
- (B) Os Municípios poderão, mediante leis complementares, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões.
- (C) Criar, organizar e suprimir regiões metropolitanas, observada a legislação federal.
- (D) Instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei.

13. A respeito dos direitos e deveres individuais e coletivos, assinale a opção CORRETA.

- (A) A CF/88 possibilita a liberdade da manifestação do pensamento, incluindo o anonimato.
- (B) As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado.
- (C) É livre a expressão da atividade intelectual, artística, cultural, social, política, filosófica, religiosa, científica e de comunicação, independentemente de censura, autorização ou licença.
- (D) É assegurado a todos o acesso à informação, excetuado o sigilo da fonte, em qualquer hipótese.

14. Assinale a assertiva correta de acordo com a Lei Orgânica da Procuradoria do Município de Fortaleza, inserindo-se na competência da aludida instituição.

- (A) Representar judicial e extrajudicialmente o Município de Fortaleza, em defesa de seus interesses, do seu patrimônio e da Fazenda Pública, nas ações cíveis, trabalhistas e de acidentes do trabalho, falimentares e nos processos especiais em que for autor, réu ou terceiro interveniente.
- (B) Elaborar minutas de informações a serem prestadas ao Poder Judiciário, nos mandados de segurança e ações ordinárias em que o Prefeito, os Secretários do Município e demais autoridades de idêntico nível hierárquico da Administração Centralizada forem apontadas como autoridades coatoras.
- (C) Representar ao Prefeito, Secretários e demais autoridades municipais sobre providências de ordem jurídica que lhe pareçam reclamadas pelo interesse público e pela boa aplicação das leis vigentes.
- (D) Exercer as funções de consultoria jurídica do Executivo e dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Município.

15. No atinente à intervenção nos Municípios, assinale a opção CORRETA.

- (A) A União não intervirá nos Municípios, exceto para manter a integridade nacional.
- (B) Poderá haver intervenção federal nos Municípios para repelir invasão estrangeira.
- (C) O fato de o prefeito deixar de prestar as contas anuais não dá ensejo à intervenção do Estado no município, pois aludida atitude é considerada crime de responsabilidade e mera violação à Lei de Responsabilidade Fiscal.
- (D) O Estado não intervirá em seus Municípios, nem a União nos Municípios localizados em Território Federal, exceto quando não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.

16. À luz das prescrições estabelecidas pela Lei nº 9.784, de 1999, nos processos administrativos serão observados, dentre outros, os critérios de:

- (A) interpretação da norma administrativa da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige, possibilitada a aplicação retroativa de nova interpretação.
- (B) cobrança de despesas processuais.
- (C) atendimento a fins de interesse geral, sendo possível a renúncia total ou parcial de poderes ou competências.
- (D) garantia dos direitos à comunicação, à apresentação de alegações finais, à ampla produção de provas e à interposição de recursos, nos processos de que possam resultar sanções e nas situações de litígio.

17. No tocante à Responsabilidade civil do Município de Fortaleza, é CORRETO afirmar que:

- (A) o Município de Fortaleza responde pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- (B) o Município de Fortaleza assume, como regra, responsabilidade civil subjetiva.
- (C) o Município de Fortaleza se submete, em regra, à responsabilidade civil objetiva na modalidade do risco integral.
- (D) o Município de Fortaleza se funda, invariavelmente, na teoria da falta do serviço.

18. Em relação aos objetivos do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), assinale o item CORRETO.

- (A) Incentivar a inovação tecnológica e o desenvolvimento institucional.
- (B) Promover a troca de experiências e tecnologias em busca da melhor relação entre custos e benefícios para o setor público.
- (C) Ampliar a legalidade e a eficiência nas contratações públicas, bem como a competitividade entre os licitantes.
- (D) Assegurar tratamento diferenciado entre os licitantes.

19. Trata-se de modalidade de licitação com expressa previsão na Lei nº 8.666/93:

- (A) pregão presencial.
- (B) Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC).
- (C) pregão eletrônico.
- (D) concurso.

20. Sobre os princípios expressos e implícitos da administração pública aplicável ao regime dos agentes públicos com previsão no Texto Constitucional de 1988, marque o item CORRETO de acordo com a orientação jurisprudencial firmada no âmbito do Supremo Tribunal Federal por meio de Súmula Vinculante que trata da vedação ao nepotismo.

- (A) A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o quarto grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na Administração Pública Direta e Indireta em qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, permitida a hipótese de nepotismo cruzado por designações recíprocas.
- (B) A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na Administração Pública Direta e Indireta em qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, excetuado o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal.
- (C) A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na Administração Pública Direta e Indireta em qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal.
- (D) A nomeação de cônjuge ou companheiro da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na Administração Pública Direta e Indireta em qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal.

21. Nos termos da Lei Municipal nº 6.794/1990 e suas alterações (Estatuto dos Servidores Públicos do Quadro Geral de Pessoal do Município de Fortaleza, vinculados à Administração Direta), são direitos assegurados aos servidores municipais da Administração Pública Direta, Autárquica e Funcional:

- (A) amparo de normas técnicas de saúde, higiene e segurança do trabalho, excetuados adicionais remuneratórios por serviços penosos, insalubres ou perigosos.
- (B) participação em órgãos colegiados municipais que tenham atribuições para discussão e deliberação de assuntos de interesse profissional dos servidores.
- (C) proteção ao trabalho das mulheres, especialmente gestantes, lactantes e adotantes.
- (D) proibição de diferenças remuneratórias, de exercício de cargos e de critérios de admissão, por motivo de cor, idade, orientação sexual, religião, convicção político-partidária ou estado civil.

22. Conforme consta da Lei Municipal nº 6.794/1990 e suas alterações (Estatuto dos Servidores Públicos do Quadro Geral de Pessoal do Município de Fortaleza, vinculados à Administração Direta), são deveres dos servidores municipais fortalezenses:

- (A) atender, quando julgar necessário, às notificações para depor ou realizar perícias ou vistorias nos procedimentos disciplinares.
- (B) atender, em prazos proporcionais e razoáveis, às requisições para defesa da Fazenda Pública.
- (C) abster-se de anonimato.
- (D) representar às instâncias regimentalmente competentes contra ilegalidade ou abuso de poder.

23. São requisitos básicos para a investidura em cargos de provimento efetivo ou comissionado no Município de Fortaleza:

- (A) aptidão física e mental.
- (B) ser brasileiro nato ou naturalizado e aos estrangeiros na forma da lei.
- (C) estar em gozo dos direitos civis, políticos e eleitorais.
- (D) nível de escolaridade compatível, oportuno e congruente para o exercício do cargo.

24. Assinale a assertiva CORRETA em relação à progressão por tempo de serviço prevista na Lei Municipal nº 9.263/2007, que instituiu o Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) dos servidores do ambiente especialidade saúde/Instituto Dr. José Frota (IJF), e suas alterações.

- (A) Haverá progressão por tempo de serviço a cada 48 (quarenta e oito) meses de efetivo exercício, contados a partir da primeira fase do enquadramento desse plano.
- (B) Para concessão dessa forma de progressão, será levado em consideração o tempo de exercício efetivo ou prestado em qualquer esfera da Administração Pública.
- (C) Os servidores em estágio probatório, excepcionalmente, farão jus a esse benefício, na forma prevista em lei.
- (D) A progressão por tempo de serviço é a passagem do servidor de um padrão de vencimento para o imediatamente superior, dentro do mesmo nível de classificação e estágio de carreira a que pertence.

25. Assinale a assertiva CORRETA em relação à promoção por capacitação prevista na Lei Municipal nº 9.263/2007, que instituiu o Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) dos servidores do ambiente especialidade saúde/Instituto Dr. José Frota (IJF), e suas alterações.

- (A) A mudança do estágio de carreira para outro imediatamente superior dar-se-á mediante a obtenção pelo servidor de certificação em cursos, congressos, seminários e afins em áreas correlatas ao seu cargo/função, grupo ocupacional, nível de classificação, respeitada a carga horária mínima exigida, e o interstício de 24 (vinte e quatro) meses entre uma promoção e outra.
- (B) A promoção por capacitação é a mudança do estágio de carreira e padrão de vencimento, no mesmo cargo/função e nível de classificação.
- (C) A carga horária mínima para cada curso será de 30 (trinta) horas, ressalvados os cursos promovidos pelo Município de Fortaleza e pelo Instituto Dr. José Frota, além dos congressos, seminários e afins, cuja carga horária mínima deve ser de 10 (dez) horas.
- (D) Para todos os efeitos, os certificados de que trata a lei em referência poderão ser apresentados mais de uma vez.

26. Para Pedro Pais de Vasconcelos (VASCONCELOS, Pedro Pais de. **Direitos de Personalidade**. Coimbra: Editora Almedina, 2006, págs. 123 e 124) a personalidade é uma qualidade: a qualidade de ser pessoa. A comparação entre a personalidade singular e a personalidade coletiva (conhecida no Brasil como *pessoas jurídicas*) propicia a distinção: a personalidade singular é supralegal enquanto a personalidade coletiva é legal. O Direito e a Lei constituem e excluem a personalidade coletiva. Os direitos de personalidade são inerentes à dignidade humana e marcam a sua diferença em relação à personalidade coletiva. Em torno dos direitos da personalidade, de acordo com o Código Civil:

- (A) com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.
- (B) salvo por exigência médica ou condição existencial do ser humano, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes.
- (C) é válida, com objetivo científico, artístico, literário ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.
- (D) ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a um tratamento médico ou à intervenção cirúrgica, salvo quando o exigir a ordem pública.

27. Os princípios exercem relevante parâmetro hermenêutico para a interpretação dos contratos no Direito Civil. Consoante estabelecido pelo Código Civil:

- (A) os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios de probidade, eticidade, lealdade, paridade e boa-fé.
- (B) nos contratos de adesão, são válidas, excepcionalmente, as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente ao direito resultante da natureza do negócio.
- (C) os contratos civis e empresariais presumem-se paritários e simétricos até a presença de elementos concretos que justifiquem o afastamento dessa presunção, ressalvados os regimes jurídicos previstos em leis especiais, garantido também que a revisão contratual somente ocorrerá de maneira excepcional e limitada.
- (D) a liberdade contratual será exercida nos limites da função social do contrato, da função social da empresa e da função social da propriedade.

28. O quadro “Poesia lúdica”, executado pelo renomado artista plástico Mário Lengruher, foi negociado para a Galeria Belas Artes pelo valor de R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais). Ele se comprometeu a entregar a obra um mês após o recebimento da quantia estabelecida, que foi paga à vista. A galeria organizou, então, uma grande exposição, na qual a atração principal seria o quadro “Poesia lúdica”. Na data contratada, quando dirigia seu carro para fazer a entrega, Mário Lengruher avançou o semáforo, colidiu com um ônibus, e a obra foi completamente destruída com um furo de grande dimensão na parte central do quadro. O anúncio realizado pela galeria de que a peça não seria mais exposta fez com que diversas pessoas exercessem o direito de restituição dos valores pagos a título de ingresso.

Acerca da casuística narrada, assinale a afirmativa CORRETA.

- (A) Por se tratar de obrigação de fazer infungível (personalíssima), a Galeria Belas Artes não poderá mandar executar a prestação às expensas de Mário Lengruher, restando-lhe pleitear indenização por perdas e danos.
- (B) Com o pagamento do preço, transferiu-se a propriedade da obra de arte para a Galeria Belas Artes, razão pela qual a empresa referenciada deve suportar o prejuízo pela perda do bem.
- (C) Mário Lengruher deverá entregar outra obra de seu acervo profissional à escolha da Galeria Belas Artes, em substituição ao quadro “Poesia lúdica”.
- (D) A Galeria Belas Artes poderá cobrar de Mário Lengruher o equivalente pecuniário do quadro “Poesia lúdica” mais o prejuízo decorrente da devolução do valor dos ingressos relativos à exposição.

29. A artista performática Jennifer Pimenta se apresenta profissionalmente totalmente nua em casas noturnas fortalezenses. Certo dia, constatou que seus vizinhos, de forma disfarçada, a espionavam, fotografavam e filmavam desnuda, no interior de sua residência, divulgando o material em sites de pornografia. Nesse caso ela:

- (A) poderá requerer ao Juiz competente as providências para impedir e fazer cessar esses atos.
- (B) poderá requerer em juízo indenização por danos materiais, morais e estéticos, mas não poderá formular pretensão processual para impedir ou fazer cessar esses atos praticados pelos vizinhos.
- (C) considerando a atividade profissional que exerce, nada poderá pleitear judicialmente para coibir esses atos.
- (D) como condição suspensiva, só poderá impedir esses atos quando deixar de exercer atividades profissionais artísticas em que se apresente nua.

30. Com referência às disposições gerais dos direitos reais, assinale a opção que **NÃO** é direito real conforme o rol do Código Civil.

- (A) Anticrese.
- (B) Concessão de uso especial para fins de moradia.
- (C) Shopping Center.
- (D) Laje.

31. De acordo com o Código de Processo Civil de 2015, o magistrado concederá a tutela de urgência durante o curso do processo quando:

- (A) houver constatação do perigo de dano ou demora na prestação jurisdicional e o autor ou o réu não apresentar prova capaz de gerar dúvida razoável acerca do direito discutido.
- (B) houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
- (C) for verificada a existência de risco ao resultado pleno, eficaz e fidedigno do processo.
- (D) houver constatação do perigo de dano e o réu não apresentar prova capaz de gerar dúvida razoável e proporcional acerca do direito discutido.

32. Conforme as regras estabelecidas pelo CPC/2015, na ação em que houver pedido subsidiário, o valor da causa será:

- (A) o de menor valor, entre o principal e o subsidiário.
- (B) o valor do pedido principal.
- (C) soma dos valores de todos eles (principal e o subsidiário).
- (D) o pedido de maior valor, entre o principal e o subsidiário.

33. Com as fortes chuvas e o conseqüente rompimento de uma barragem na área urbana do Município de Fortaleza, o Ministério Público do Estado do Ceará ajuizou ação em face da empresa responsável pela sua construção, buscando a condenação pelos danos materiais e morais sofridos pelos habitantes do bairro atingido pelo acidente. O pedido foi julgado procedente, tendo sido fixada a responsabilidade da empresa ré pelos danos causados, mas sem a especificação dos valores indenizatórios. Em virtude dos fatos narrados, Socorro César teve sua casa totalmente destruída, de modo que possui interesse em buscar a indenização pelos prejuízos sofridos. Na qualidade de advogado/a de Socorro César, assinale a orientação jurídica mais adequada ao caso ora em tela.

- (A) A sentença prolatada no processo é nula, pois o Ministério Público do Estado do Ceará não detém legitimidade para ajuizar ação no lugar das vítimas.
- (B) Considerando que Socorro César não constou expressamente do polo ativo da ação indenizatória, não poderá se valer de seus efeitos indenizatórios.
- (C) A sentença prolatada é nula tendo em vista a ilegitimidade de parte, considerando que não se trata de hipótese de atuação do Ministério Público do Estado do Ceará.
- (D) Socorro César e seus sucessores poderão promover a liquidação e a execução da sentença condenatória.

34. Fernanda ajuizou ação em face de Mateus, sem mencionar, na exordial, se pretendia ou não realizar audiência de conciliação ou mediação. Nesse contexto, o magistrado designou a audiência referenciada, dando ciência às partes. O réu informou ter interesse na realização de tal audiência, ao passo que Fernanda, devidamente intimada, ficou-se inerte. Chegando o dia da realização da audiência de conciliação, apenas, o réu, Mateus, compareceu. A respeito do caso narrado, assinale a opção que apresenta possível consequência a ser suportada por Fernanda, conforme expresso pelo Código de Processo Civil de 2015.

- (A) Caso não compareça, nem apresente justificativa pela ausência, Fernanda será multada em até 2% da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa.
- (B) Não existem consequências previstas no Código de Processo Civil pela ausência da autora Fernanda à audiência de conciliação ou mediação.
- (C) Considerando a ausência da autora Fernanda à audiência de conciliação ou mediação, o processo civil deverá ser extinto.
- (D) Ante a ausência da autora à audiência de conciliação ou mediação, as alegações apresentadas pelo réu Mateus na contestação serão reputadas verdadeiras pelo magistrado.

35. De acordo com Luiz Guilherme Marinoni, Sérgio Cruz Arenhart e Daniel Mitidiero (MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. **Novo Código de Processo Comentado**. 3ª Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017, pág. 454): “A reconvenção é uma ação inversa do demandado contra o demandante. O demandado, reconvinde, formula pedido de tutela jurisdicional do direito contra o demandante, reconvinde, com o que se forma no processo uma acumulação objetiva ulterior de ações. A reconvenção pode conter pedido imediato contra o reconvinde de qualquer ordem: declaratório, constitutivo, condenatório, mandamental ou executivo.” Acerca da reconvenção, assinale a opção CORRETA de acordo com a CPC/2015.

- (A) A decisão que indefere a petição inicial da reconvenção é irrecorrível, podendo o reconvinde formular os mesmos pedidos em ação própria autônoma.
- (B) A ocorrência de causa extintiva, que impeça o exame de seu mérito, obsta ao prosseguimento do processo quanto à reconvenção.
- (C) A reconvenção pode ser proposta pelo réu em litisconsórcio com terceiro.
- (D) Quando houver desistência regular da ação principal, o juiz deverá extinguir a reconvenção em razão da ausência de interesse processual.

36. Sobre as regras para fixação de proventos de aposentadoria, marque a assertiva CORRETA à luz do Texto Constitucional de 1988.

- (A) As regras para cálculo de proventos de aposentadoria serão disciplinadas em lei nacional.
- (B) Poderão ser estabelecidos, por lei complementar do respectivo ente federativo, idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de servidores com deficiência, previamente submetidos à avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar.
- (C) Poderão ser estabelecidos, por lei complementar do respectivo ente federativo, idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de ocupantes do cargo de agente penitenciário, de agente socioeducativo e de todas as carreiras de policiais.
- (D) É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor nominal, conforme critérios estabelecidos em lei.

37. Sobre a organização da seguridade social, marque a assertiva CORRETA quanto aos objetivos previstos de forma expressa conforme propugnado pela Constituição Federal de 1988.

- (A) Descentralização, com direção única em cada esfera de governo.
- (B) Atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais.
- (C) Diversidade da base de financiamento, identificando-se, em rubricas contábeis específicas para cada área, as receitas e as despesas vinculadas a ações de saúde, previdência e assistência social, preservado o caráter contributivo da previdência social.
- (D) Executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador.

38. Marque a assertiva que revela parcela integrante do salário de contribuição conforme a orientação jurisprudencial do STF.

- (A) Benefícios previdenciários em geral.
- (B) Valores oriundos dos direitos artísticos e autorais.
- (C) Participação nos lucros ou resultados da empresa.
- (D) 13º salário.

39. São equiparados ao acidente do trabalho, para efeitos da legislação acidentária:

- (A) o acidente ligado ao trabalho que, embora não tenha sido a causa única, haja contribuído diretamente para a morte do segurado, para redução ou perda da sua capacidade para o trabalho, ou produzido lesão que exija atenção médica para a sua recuperação.
- (B) a doença pandêmica ou endêmica adquirida por segurado habitante de região em que ela se desenvolva, salvo comprovação de que é resultante de exposição ou contato direto determinado pela natureza do trabalho.
- (C) doença que não produza incapacidade laborativa.
- (D) o acidente sofrido pelo segurado fora do local e do horário do trabalho, em consequência de ato de agressão, sabotagem ou terrorismo praticado por sujeito alheio, terceiro ou companheiro de trabalho.

40. Assinale a alternativa CORRETA de acordo com a legislação que regula o Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP).

- (A) As importâncias creditadas nas contas individuais dos participantes do PIS-PASEP são inalienáveis e impenhoráveis.
- (B) Na hipótese de morte do titular da conta individual do PIS-PASEP, o saldo da conta só poderá ser disponibilizado aos dependentes, mediante Alvará Judicial específico para esse fim.
- (C) A disponibilização dos saldos das contas individuais de PIS-PASEP será efetuada conforme cronogramas de atendimento, critérios e forma estabelecidos pela rede bancária nacional.
- (D) Na hipótese de conta individual de titular já falecido, herdeiros, sucessores e legatários em geral, poderão solicitar o saque do saldo existente na conta do titular independentemente de inventário, sobrepartilha ou autorização judicial, desde que haja consenso entre os dependentes ou sucessores e que estes atestem por escrito a autorização do saque, independentemente de outras exigências.

41. À luz da orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do STF, julgue o item CORRETO, a respeito de FGTS e de relação de trabalho e de emprego entabulada pela Administração Pública.

- (A) Caso um contrato de trabalho entabulado pela administração pública seja declarado nulo por ausência de prévia aprovação do contratado em concurso público, o trabalhador não terá direito ao depósito do FGTS, ainda que tenha direito ao salário relativo aos serviços prestados.
- (B) Caso um contrato de trabalho entabulado pela administração pública seja declarado nulo por ausência de prévia aprovação do contratado em concurso público, o trabalhador não terá direito ao depósito do FGTS, tampouco ao salário relativo aos serviços prestados, ante a inconstitucionalidade perpetrada.
- (C) A contratação de servidor público, após a CF/1988, sem prévia aprovação em concurso público, encontra óbice no respectivo art. 37, II e § 2º, somente lhe conferindo direito ao pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário mínimo, e dos valores referentes aos depósitos do FGTS.
- (D) A contratação de servidor público, após a CF/1988, sem prévia aprovação em concurso público, encontra óbice no respectivo art. 37, II e § 2º, conferindo-lhe direito ao pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário mínimo, e dos valores referentes aos depósitos do FGTS.

42. Álisson Raphael, adolescente contando com dezessete anos de idade, se submeteu ao processo seletivo para exercício de atividade laboral como auxiliar no armazenamento de botijões de gás, os quais seriam expostos para a comercialização em um posto de gasolina do Bairro São João do Tauape, em Fortaleza.

Considerando a situação acima relatada, o adolescente Álisson Raphael:

- (A) deverá ser contratado na modalidade de menor aprendiz.
- (B) poderá ser contratado para trabalhar em horário compatível com o período das atividades escolares e anterior às vinte e duas horas.
- (C) não poderá ser contratado, por expressa vedação legal.
- (D) uma vez contratado, seus pais, ou responsável legal, deverão assinar seus recibos de pagamento de salários.

43. Em relação ao direito de greve e os serviços essenciais, assinale o item CORRETO.

- (A) Em todos os setores de trabalho, é obrigatória a comunicação prévia do movimento de greve aos empregadores e usuários com a antecedência mínima de setenta e duas horas da paralisação.
- (B) Conforme entendimento do TST, não é abusiva a greve levada a efeito sem que as partes hajam tentado, direta e pacificamente, solucionar o conflito que lhe constitui o objeto.
- (C) Não se consideram essenciais as atividades médico-periciais da carreira de Perito Médico Federal indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.
- (D) Atividades médico-periciais relacionadas à caracterização do impedimento físico, mental, intelectual ou sensorial da pessoa com deficiência, por meio da integração de equipes multiprofissionais e interdisciplinares, para fins de reconhecimento de direitos previstos em lei, em especial no Estatuto da Pessoa com Deficiência, consideram-se serviços essenciais.

44. Em relação ao direito a férias e sua duração, marque o item CORRETO.

- (A) O tempo de trabalho anterior à apresentação do empregado para serviço militar obrigatório não será computado no período aquisitivo das férias.
- (B) Não terá direito a férias o empregado que, no curso do período aquisitivo permanecer em gozo de licença, com percepção de salários, por mais de 30 (trinta) dias.
- (C) O período das férias não será computado como tempo de serviço.
- (D) Será considerada falta ao serviço, para os efeitos de férias, a ausência do empregado durante o licenciamento compulsório da empregada por motivo de maternidade ou aborto, observados os requisitos para percepção do salário-maternidade custeado pela Previdência Social.

45. Consoante à orientação jurisprudencial sumulada do TST, marque o item CORRETO, em caso de equiparação salarial.

- (A) A equiparação salarial só é possível se o empregado e o paradigma exercerem a mesma função, desempenhando as mesmas tarefas, não importando se os cargos têm, ou não, a mesma denominação.
- (B) É necessário que, ao tempo da reclamação sobre equiparação salarial, reclamante e paradigma estejam a serviço do estabelecimento, desde que o pedido se relacione com situação pretérita.
- (C) A cessão de empregados exclui a equiparação salarial.
- (D) Não é possível a equiparação salarial de trabalho intelectual.

46. A partir da reforma trabalhista e das súmulas do Tribunal Superior do Trabalho (TST), a respeito do princípio constitucional da indispensabilidade do advogado, marque a assertiva CORRETA.

- (A) O *jus postulandi* é aplicável a todos os recursos da seara trabalhista.
- (B) O *jus postulandi* das partes limita-se às Varas do Trabalho e aos Tribunais Regionais do Trabalho, não alcançando a ação rescisória, a ação cautelar, o mandado de segurança e os recursos de competência do Tribunal Superior do Trabalho.
- (C) Com o adendo da reforma trabalhista, o *jus postulandi* foi mitigado, limitando-se à primeira instância.
- (D) O *jus postulandi* das partes é aplicável às Varas do Trabalho, aos Tribunais Regionais do Trabalho e ao Tribunal Superior do Trabalho, não alcançando a ação rescisória, a ação cautelar e o mandado de segurança.

47. Considerando o entendimento do TST sobre a ação rescisória no Direito Processual do Trabalho, assinale a opção CORRETA.

- (A) Considera-se prova nova a cronologicamente velha, já existente ao tempo do trânsito em julgado da decisão rescindenda, mas ignorada pelo interessado ou de impossível utilização, à época, no processo.
- (B) É admitido o amplo reexame de fatos e provas do processo que originou a decisão rescindenda, em todas as hipóteses de cabimento.
- (C) A sentença normativa proferida ou transitada em julgado posteriormente à sentença rescindenda é considerada prova apta a viabilizar a desconstituição de julgado.
- (D) A sentença normativa preexistente à sentença rescindenda, mas não exibida no processo principal, em virtude de negligência da parte, quando podia e deveria louvar-se de documento já existente e não ignorado quando emitida a decisão rescindenda é considerada prova apta a viabilizar a desconstituição de julgado.

48. No tocante ao processo de execução do Direito Processual do Trabalho, assinale a opção CORRETA.

- (A) Havendo concordância do credor, em execução definitiva, não tem o executado direito líquido e certo a que os valores penhorados em dinheiro fiquem depositados no próprio banco.
- (B) Na penhora de dinheiro em depósito ou em aplicação financeira, o magistrado deve assegurar necessária ciência prévia do ato ao executado para assegurar o respeito aos direitos fundamentais da ampla defesa e do contraditório.
- (C) Com amparo no princípio do *favor debitoris*, o executado não faz jus a que a execução se processe da forma que lhe seja menos gravosa.
- (D) Não fere direito líquido e certo do impetrante o ato judicial que determina penhora em dinheiro do executado para garantir crédito exequendo.

49. Assinale o item CORRETO no tocante ao rito sumaríssimo no dissídio individual trabalhista.

- (A) Todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, desde que requeridas previamente.
- (B) Será deferida intimação de testemunha que, mesmo não comprovadamente convidada, deixar de comparecer.
- (C) Interrompida a audiência, o seu prosseguimento e a solução do processo dar-se-ão no prazo máximo de trinta dias, salvo motivo relevante justificado nos autos pelo juiz da causa.
- (D) As partes serão intimadas a manifestar-se sobre o laudo, no prazo comum de dois dias.

50. A respeito das partes e procuradores na Justiça do Trabalho, assinale a opção CORRETO.

- (A) Nos dissídios individuais os empregados e empregadores poderão fazer-se representar por intermédio do sindicato, advogado, solicitador, ou provisionado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil.
- (B) O *jus postulandi* das partes poderá ser exercido nas varas do trabalho, nos Tribunais Regionais do Trabalho e no Tribunal Superior do Trabalho.
- (C) Nos dissídios coletivos é obrigatória a assistência por advogado aos interessados.
- (D) Ao advogado que atue em causa própria não serão devidos honorários de sucumbência.

51. A respeito das leis orçamentárias, assinale a opção CORRETA conforme expresso pelo Texto Constitucional de 1988.

- (A) A CF/88 possibilita que a Lei Orçamentária Anual contenha dispositivos estranhos à previsão das receitas e à fixação das despesas.
- (B) A lei orçamentária anual não conterà dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.
- (C) A lei orçamentária anual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
- (D) A lei orçamentária anual compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

52. As finanças públicas são assuntos de relevante interesse coletivo e alta complexidade. No cenário de crise econômica e social com baixo crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro em 2020, por força dos impactos deletérios da pandemia do novo Coronavírus (Covid-19), aponte o quesito que contempla a solução adotada pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000).

- (A) Entende-se por baixo crescimento a taxa de variação real acumulada do Produto Interno Bruto inferior a 0,1% (um décimo por cento), no período correspondente aos quatro últimos trimestres.
- (B) Os prazos estabelecidos nos dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal serão duplicados no caso de crescimento real baixo ou negativo do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, regional ou estadual por período igual ou superior a quatro trimestres.
- (C) A taxa de variação real acumulada do PIB será aquela apurada pelo Banco Central, adotada a mesma metodologia para apuração dos PIB nacional, estadual e regional.
- (D) Na hipótese de se verificarem mudanças drásticas na condução das políticas monetária e cambial, reconhecidas pelo Senado Federal, o prazo referido na Lei de Responsabilidade Fiscal poderá ser ampliado em até quatro bimestres.

53. Para o cumprimento dos limites estabelecidos para a despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, deverão ser atendidos os parâmetros estabelecidos em lei complementar. Durante o prazo fixado na lei referenciada pela Constituição Federal de 1988, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotarão as seguintes providências:

- (A) o servidor que perder o cargo em cumprimento dos limites estabelecidos para a despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios fará jus a indenização correspondente ao FGTS.
- (B) o servidor que perder o cargo em cumprimento dos limites estabelecidos para a despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não fará jus a indenização.
- (C) o servidor estável poderá perder o cargo, podendo se dar por ato normativo genérico.
- (D) redução em pelo menos vinte por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança e exoneração dos servidores não estáveis.

54. Marque o item que esteja conforme os conceitos estabelecidos pela Lei nº 4.320/64, que estabelece as normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

- (A) São Receitas de Capital as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes.
- (B) São Receitas Correntes as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o *superávit* do Orçamento Corrente.
- (C) A receita classificar-se-á nas seguintes categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital.
- (D) A receita classificar-se-á nas seguintes categorias econômicas: Receitas Fixas, Receitas Correntes e Receitas de Capital.

55. Sobre a renúncia de receita, assinale a alternativa condizente com as prescrições contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000).

- (A) A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.
- (B) A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita dispensa estimativa do impacto orçamentário-financeiro.
- (C) A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, dispensado atendimento ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias.
- (D) O instituto de renúncia de receita não encontra previsão na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000).

56. Sobre as limitações constitucionais ao poder de tributar, analise a seguinte situação hipotética: determinada fundação privada sem fins lucrativos, instituída por instituição de ensino superior, é proprietária de imóvel que, após ser utilizado por muitos anos como sede da entidade, passou a ser alugado, em janeiro deste ano, para terceiro. O Município de Fortaleza pretende cobrar o IPTU sob a justificativa de incidência do aludido tributo sobre a propriedade desse imóvel, em virtude da mudança em sua utilização, a partir desse exercício. Conforme a Constituição da República e a orientação jurisprudencial firmada no âmbito do Supremo Tribunal Federal por meio de Súmula Vinculante, marque a assertiva CORRETA.

- (A) Não assistirá razão ao Município, persistindo a imunidade ao IPTU, desde que o terceiro para o qual foi alugado o imóvel seja entidade que goze de imunidade tributária, nos moldes constitucionais.
- (B) Não assistirá razão ao Município, persistindo a imunidade ao IPTU, desde que o valor dos aluguéis seja aplicado nas atividades para as quais a fundação vinculada à instituição de ensino superior foi constituída.
- (C) Assiste razão ao Município, uma vez que a imunidade nessas condições somente é aplicável às entidades de assistência social, sem fins lucrativos, nos termos de lei complementar.
- (D) Não há que se falar em imunidade ao IPTU, nem mesmo antes da mudança de utilização do imóvel, uma vez que a imunidade é assegurada a patrimônio, renda e serviço de instituição de ensino superior, não sendo extensível às fundações a estas vinculadas.

57. Uma empresa de locação de retroescavadeiras, locadas sem os seus operadores, foi autuada pela Secretaria de Finanças do Município de Fortaleza em razão do não recolhimento de ISS (Imposto sobre serviços de qualquer natureza). Nessa situação hipotética, a autuação da empresa pela Fazenda Pública Municipal foi:

- (A) ilícita, porque súmula vinculante do STF entende que é inconstitucional a incidência do Imposto sobre Serviços de qualquer natureza - ISS sobre operações de locação de bens móveis.
- (B) ilícita, porque deve incidir o IPVA sobre as retroescavadeiras, já que estas são veículos automotores.
- (C) ilícita, porque a locação de retroescavadeiras não configura uma obrigação de fazer passível de tributação pelo ISS.
- (D) lícita, uma vez que a locação de bens móveis configura obrigação de fazer com repercussão tributária.

58. Em relação às regras do domicílio tributário previstas no Código Tributário Nacional (CTN), assinale a opção CORRETA.

- (A) Em regra, considerar-se-á como domicílio tributário do contribuinte ou responsável o lugar da situação dos bens ou da ocorrência dos atos ou fatos que deram origem à obrigação.
- (B) Invariavelmente, a autoridade administrativa não pode recusar o domicílio eleito.
- (C) Quanto às pessoas jurídicas de direito público, considera-se domicílio tributário o local de sua repartição-sede no território da entidade tributante.
- (D) Na falta de eleição, pelo contribuinte ou responsável, de domicílio tributário, na forma da legislação aplicável, considera-se como tal, quanto às pessoas naturais, a sua residência habitual, ou, sendo esta incerta ou desconhecida, o centro habitual de sua atividade.

59. A Procuradoria-Geral do Município de Fortaleza/Ceará foi oficialmente consultada a respeito da possibilidade de se aumentar a receita orçamentária decorrente de Imposto Territorial Rural (ITR). Em relação a essa situação hipotética e ao referido tributo, é correto afirmar que, de acordo com a Constituição Federal de 1988 (CF/1988), o Município de Fortaleza:

- (A) não poderá realizar fiscalização e cobrança, uma vez que o imposto em questão é um tributo federal, conforme definido pela CF/1988.
- (B) poderá deferir ao Estado do Ceará sua cobrança e fiscalização.
- (C) deverá auferir a totalidade do produto de arrecadação, se optar por promover sua cobrança e fiscalização.
- (D) poderá aumentar ou reduzir suas alíquotas por intermédio de lei municipal.

60. Titular de serviço notarial situado em Fortaleza/CE contestou em juízo a incidência de ISS sobre sua atividade. À luz da CF/88 e da jurisprudência firmada do STF, é CORRETO afirmar que:

- (A) a atividade notarial, cartorial e de registros é tributável porque, ainda que exercida por delegação, tem caráter lucrativo e está sujeita ao ISS.
- (B) a aludida atividade possui imunidade tributária.
- (C) a aludida atividade possui isenção tributária.
- (D) a atividade notarial, cartorial e de registros é tributável porque, ainda que exercida por delegação, tem caráter lucrativo e está sujeita apenas ao Imposto de Renda.